

Boletim Informativo | n. 23 | mar. 2022

SITUAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO



Coordenação-Geral de Fortalecimento dos
Instrumentos de Planejamento do SUS | **CGFIP**

**DEPARTAMENTO DE GESTÃO
INTERFEDERATIVA E PARTICIPATIVA | DGIP**

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Sumário

Resultados relativos ao Plano de Saúde	3
Resultados relativos à Programação Anual de Saúde (PAS)	5
Resultados relativos ao Relatório Anual de Gestão (RAG).....	8
Resultados relativos ao Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA)	11
Referências	22

APRESENTAÇÃO

O planejamento no Sistema Único de Saúde é uma função gestora que, além de requisito legal, é um dos mecanismos relevantes para assegurar a unicidade e os princípios constitucionais do Sistema Único de Saúde (SUS). Expressa as responsabilidades dos gestores de cada esfera de governo em relação à saúde da população do território quanto à integração da organização sistêmica (BRASIL; FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2016).

Conforme prevê a legislação, os instrumentos de planejamento do SUS são: plano de saúde, programação anual de saúde e os relatórios de gestão.

O plano de saúde (PS) é o instrumento central da coordenação do sistema de saúde e no qual devem estar expressos as responsabilidades sanitárias e os compromissos da gestão com as necessidades da população, bem como as situações de cooperação com os demais atores que atuam no território para a gestão e o financiamento das ações e serviços de saúde no território, no âmbito de cada esfera da gestão do SUS para o período de quatro anos.

A programação anual de saúde (PAS) é o instrumento que operacionaliza as intenções expressas no PS e tem por objetivo a anualização das metas desse plano e previsão da alocação dos recursos orçamentários a serem executados.

O relatório detalhado do quadrimestre anterior (RDQA) é um instrumento de monitoramento e acompanhamento da execução da PAS.

Por sua vez, o relatório anual de gestão (RAG) apresenta os resultados alcançados com a execução da PAS ao final do exercício e orienta eventuais redirecionamentos que se fizerem necessários no PS.

De acordo com a Lei nº 8.142/1990, para receberem recursos do Fundo Nacional de Saúde (FNS), os municípios, os estados e o Distrito Federal deverão possuir plano de saúde e relatórios de gestão.

O **DigiSUS Gestor – Módulo Planejamento (DGMP)** é um sistema utilizado pelos estados, Distrito Federal e municípios, para registro de informações e documentos relativos ao plano de saúde e à PAS, bem como para a elaboração do RDQA e do RAG referentes ao ano de 2018 em diante. Por meio do sistema, os relatórios de gestão são enviados para análise e manifestação do Conselho de Saúde.

Para fins de monitoramento, este boletim apresenta mensalmente a situação de elaboração, entrega e apreciação dos instrumentos de planejamento para os entes subnacionais (estados, Distrito Federal e municípios), com base nos dados coletados no DGMP.

ISSN 2764-4286

2022 Ministério da Saúde.



Esta obra é disponibilizada nos termos da Licença Creative Commons – Atribuição – Não Comercial – Compartilhamento pela mesma licença 4.0

Internacional. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

A coleção institucional do Ministério da Saúde pode ser acessada, na íntegra, na Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde: bvsm.s.saude.gov.br

Elaboração, distribuição e informações:

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Secretaria-Executiva
Departamento de Gestão Interfederativa e Participativa
Coordenação-Geral de Fortalecimento da Gestão dos Instrumentos de Planejamento do SUS
Esplanada dos Ministérios, bloco G, Edifício Sede
CEP: 70058-900 – Brasília/DF
Tel.: (61) 3315-2600
E-mail: cgfip@saude.gov.br
Site: www.gov.br/saude

Coordenação-geral:

Mídyá Hemilly Gurgel de Souza Targino

Elaboração:

Dorian Chim Smarzaro

Colaboração:

Cristiano Freitas de Telles
Fabiano Messias da Silva
Henrique Flávio de Souza
Laeticia Jensen Eble
Luiza Maria Pereira Schaidt
Rochelle Patrícia Ferraz de Souza

SOBRE OS STATUS NOS GRÁFICOS

Neste boletim, os *status* apresentados nos gráficos referem-se às situações dos instrumentos de planejamento quanto à sua elaboração, encaminhamento e apreciação nos respectivos conselhos de saúde (CS). O infográfico a seguir apresenta os significados referentes a cada *status*.

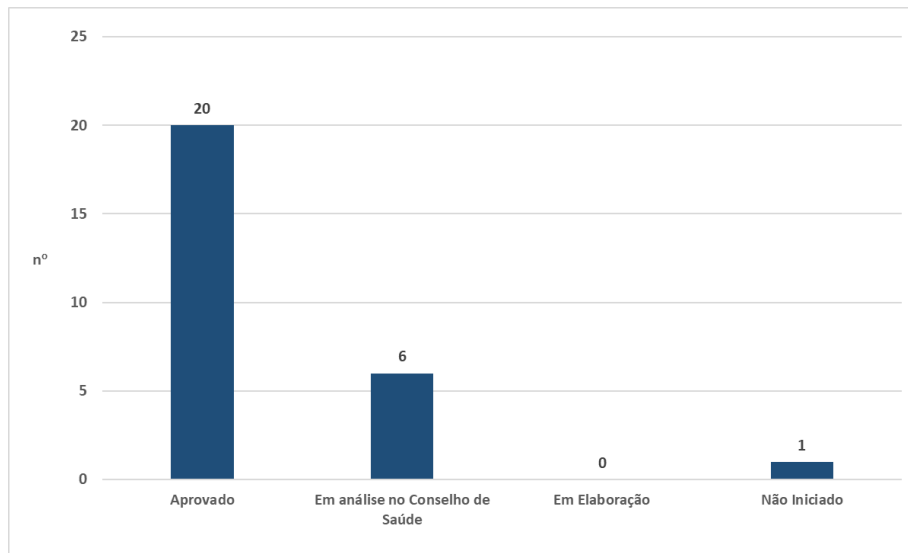


RESULTADOS

Resultados relativos ao Plano de Saúde

O gráfico 1 apresenta a situação do Plano de Saúde (PS) para os estados e o Distrito Federal no quadriênio 2020-2023 conforme dados disponíveis no DigíSUS Gestor – Módulo Planejamento (DGMP).

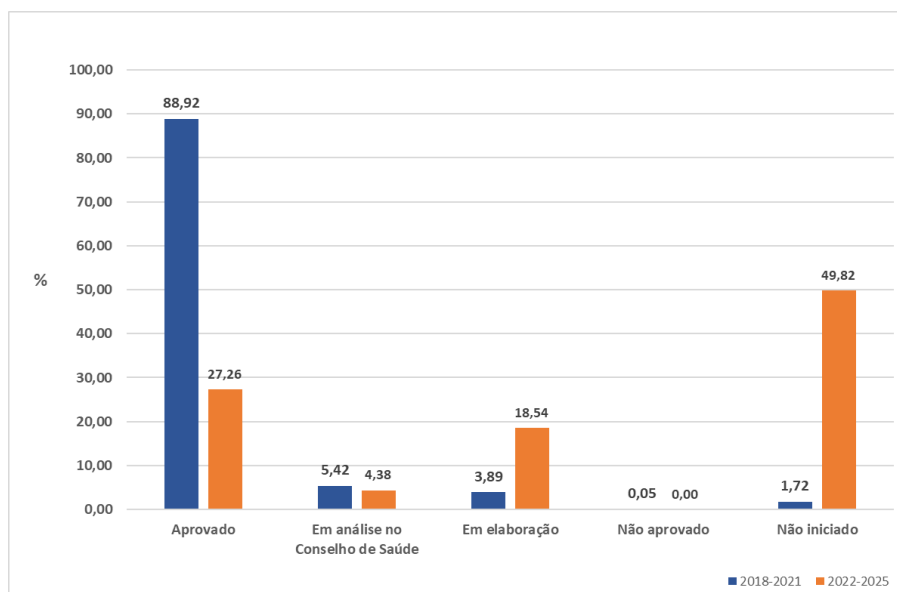
Gráfico 1 – Situação do plano de saúde das unidades federativas, segundo status (2020-2023)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/03/2022

Para os municípios, o PS vigente é para o quadriênio 2022 a 2025. Cerca de 27% dos municípios brasileiros registraram no DGMP informações relativas ao PS aprovado no CS. Ao longo de 2022, ainda serão apresentados neste boletim os resultados relativos ao período 2018-2021 (gráfico 2).

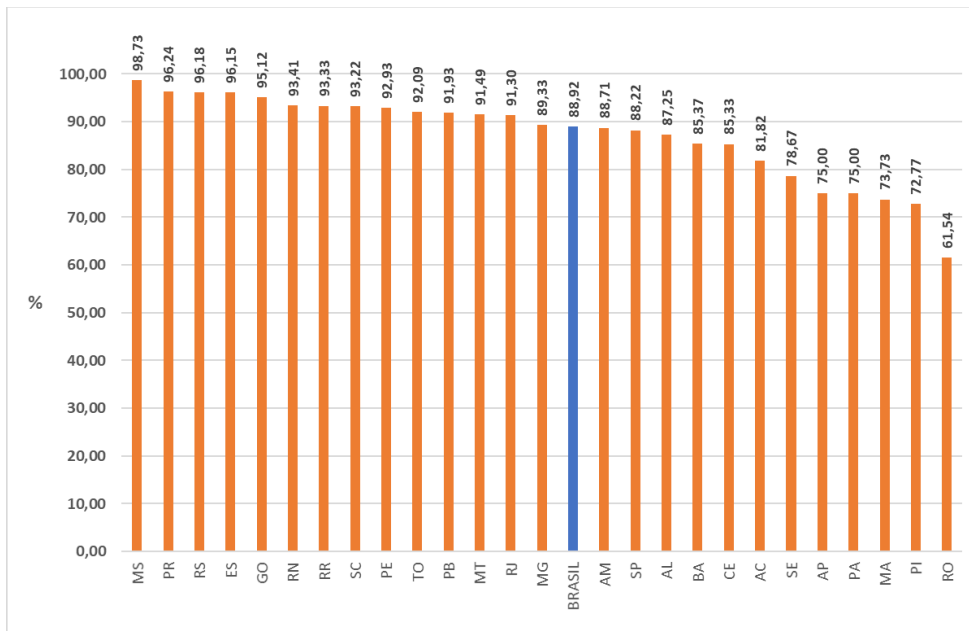
Gráfico 2 – Situação do plano de saúde dos municípios brasileiros, segundo status (2018-2021 e 2022-2025)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/03/2022

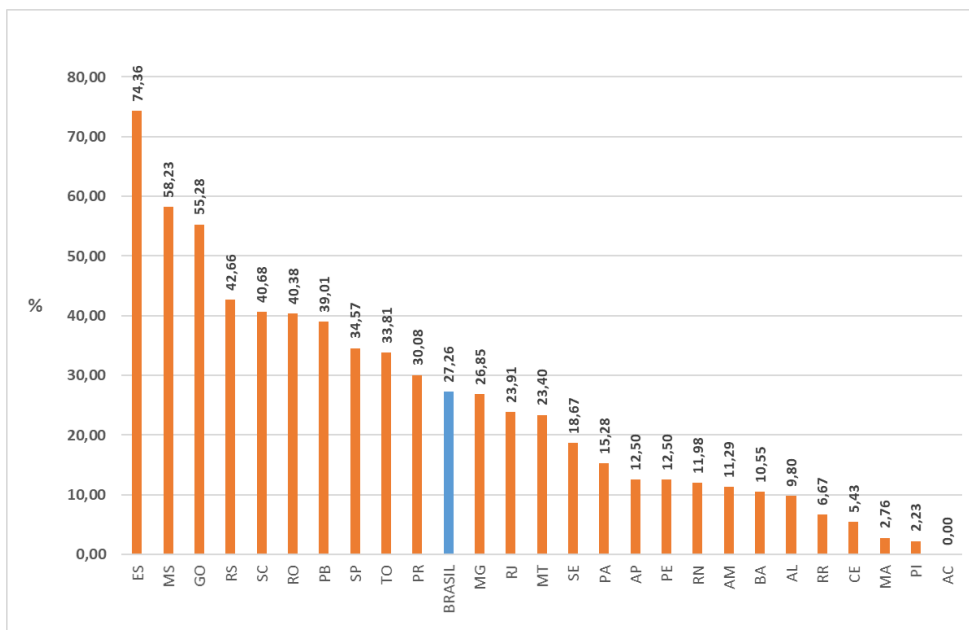
O gráficos 3 e 4 detalham, respectivamente nos quadriênios 2018-2021 e 2022-2025, os resultados por estado, apresentando o percentual de municípios com plano aprovado de acordo com os registros no DGMP.

Gráfico 3 – Proporção de municípios com plano de saúde aprovado, por estado (2018-2021)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/03/2022

Gráfico 4 – Proporção de municípios com plano de saúde aprovado, por estado (2022-2025)

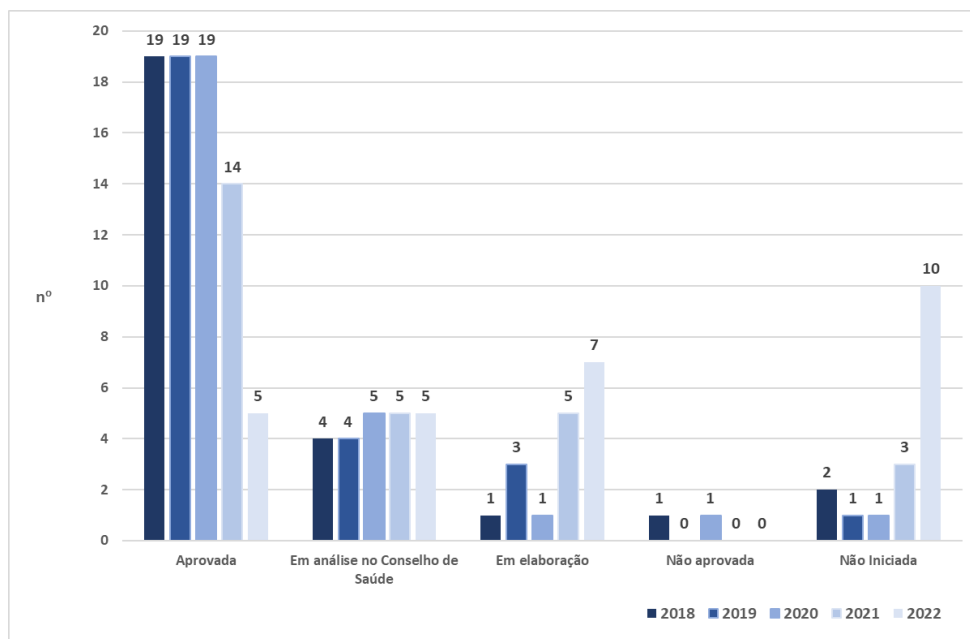


Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/03/2022

Resultados relativos à Programação Anual de Saúde (PAS)

Considerando-se os *status* que representam registro da PAS no DGMP (Aprovada + Em análise no CS + Não aprovada), observa-se pelo gráfico 5 que o número foi semelhante para os três primeiros anos da série: 2018 (24), 2019 (23), 2020 (25), 2021 (19) e 2022 (10). Dez unidades federativas não tinham iniciado o registro dos dados da PAS 2022 no sistema.

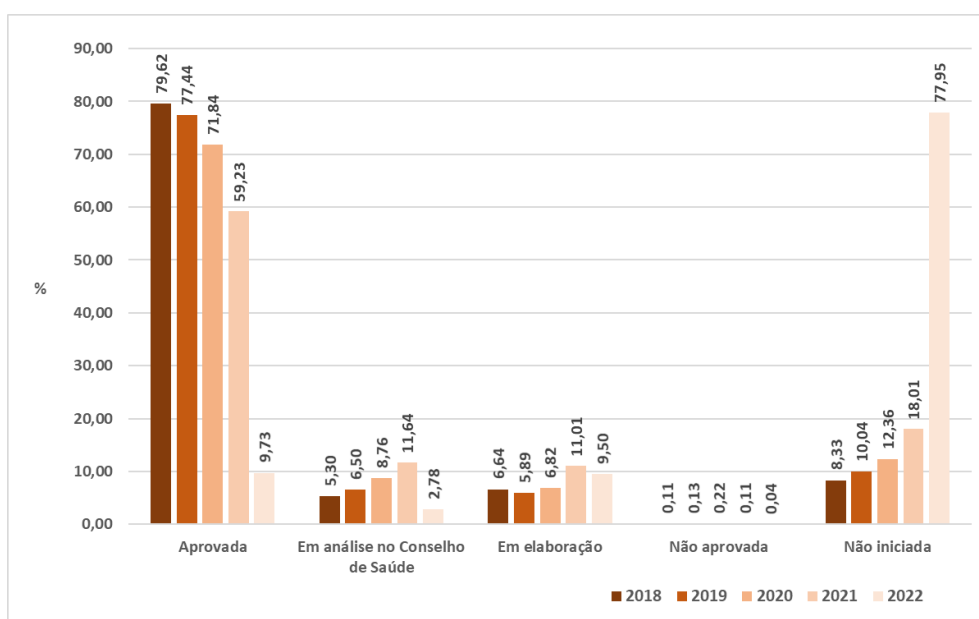
Gráfico 5 – Situação da PAS das unidades federativas, segundo *status* (2018 a 2022)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/03/2022

Numa análise similar para os municípios, considerando-se os *status* que representam registro no DGMP (Aprovado + Em análise no CS + Não aprovada), observa-se que essa proporção foi maior nos anos iniciais da série: 2018 (85,03%), 2019 (84,07%), 2020 (80,82%), 2021 (70,98%) e 2022 (12,55%), conforme gráfico 6.

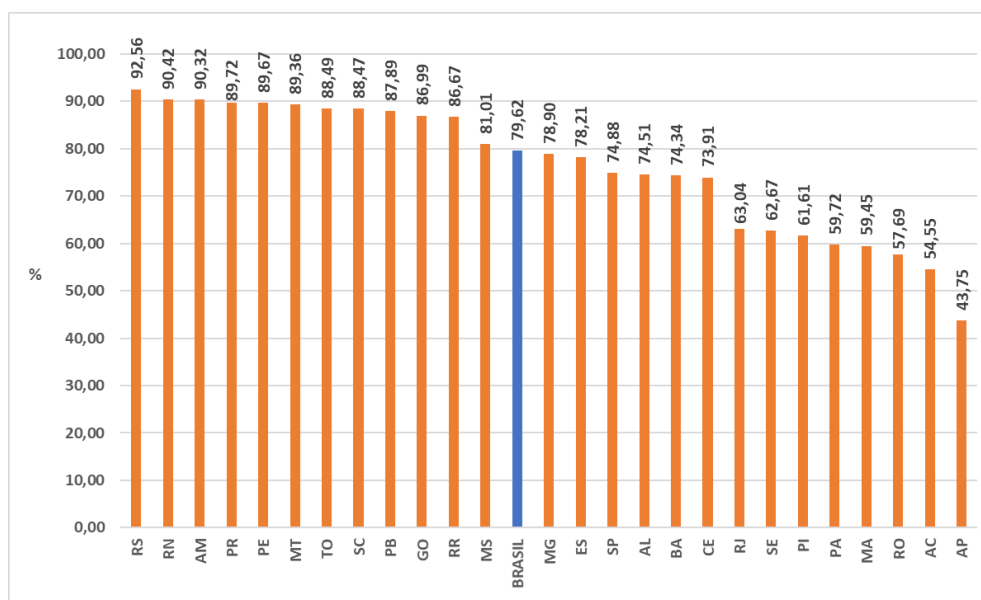
Gráfico 6 – Situação da PAS dos municípios brasileiros, segundo *status* (2018 a 2022) (Em %)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/03/2022

Detalhando-se a situação da PAS 2018 dos municípios por estado, observa-se que 92,56% dos municípios do Rio Grande do Sul estavam com esse instrumento aprovado de acordo com os registros no DGMP. A menor proporção foi observada no Amapá (43,75%), enquanto a proporção para todo o país foi de 79,62%. O gráfico 7 demonstra esse percentual em todos os estados brasileiros.

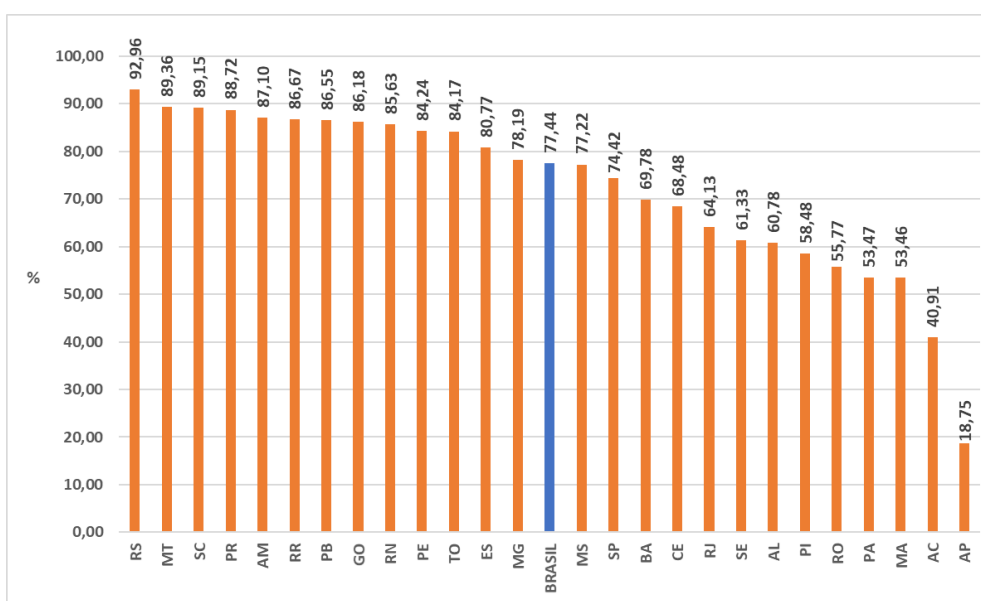
Gráfico 7 – Proporção de municípios com a PAS 2018 aprovada, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/03/2022

Com relação à PAS 2019, a maior proporção de municípios com esse instrumento aprovado foi verificada no estado do Rio Grande do Sul (92,96%). A proporção para todo o país foi de 77,44%. A situação de todos os estados é apresentada no gráfico 8.

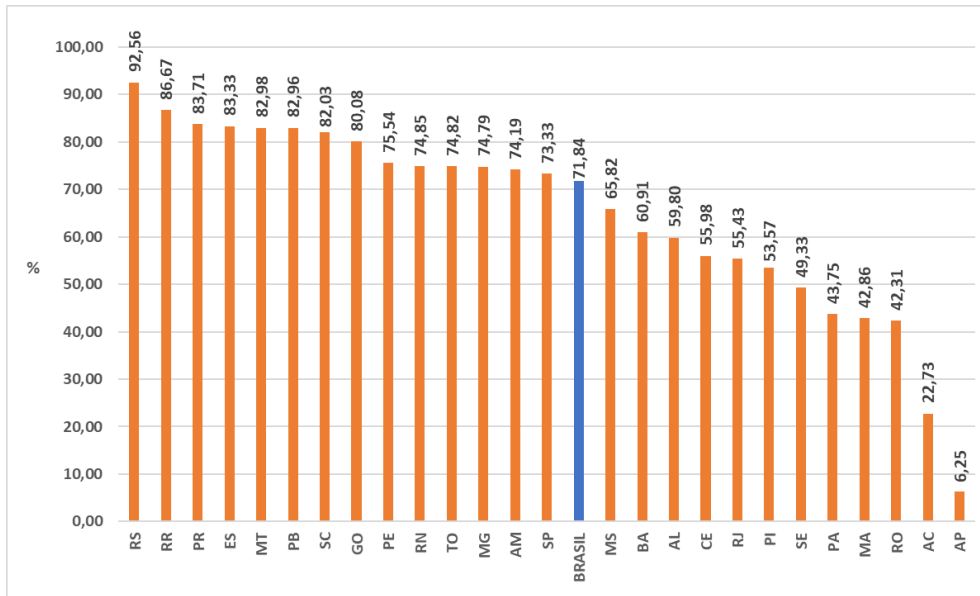
Gráfico 8 – Proporção de municípios com a PAS 2019 aprovada, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/03/2022

Para a PAS 2020, a proporção de municípios brasileiros com o referido instrumento aprovado foi de 71,84%. A maior proporção foi observada no estado Rio Grande do Sul (92,56% dos municípios). A situação por estado está descrita no gráfico 9.

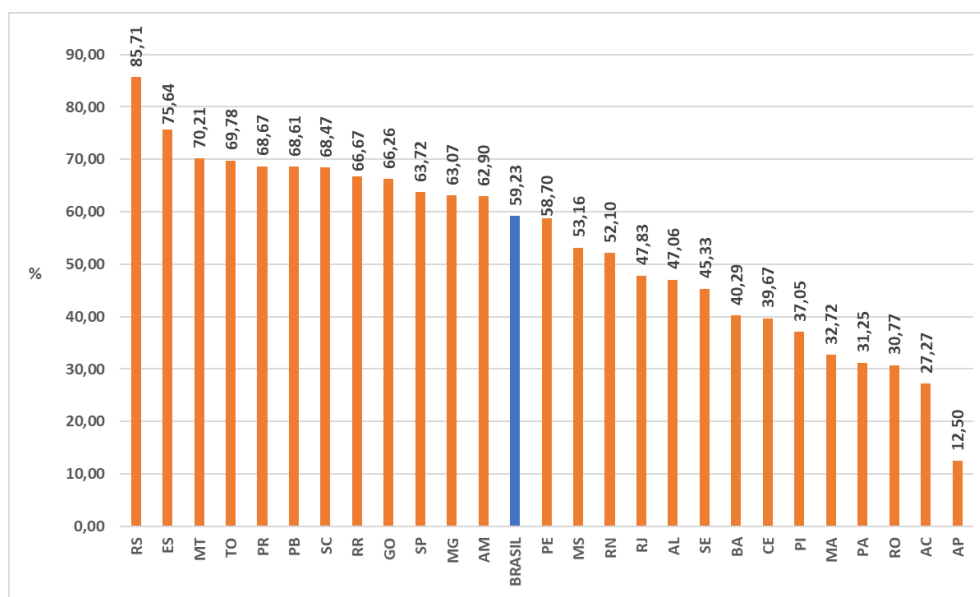
Gráfico 9 – Proporção de municípios com a PAS 2020 aprovada, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/03/2022

No referente a PAS 2021, a maior proporção de municípios com esse instrumento aprovado foi verificada no estado do Rio Grande do Sul (85,71%). A proporção para todo o país foi de 59,23%. A situação de todos os estados é apresentada no gráfico 10.

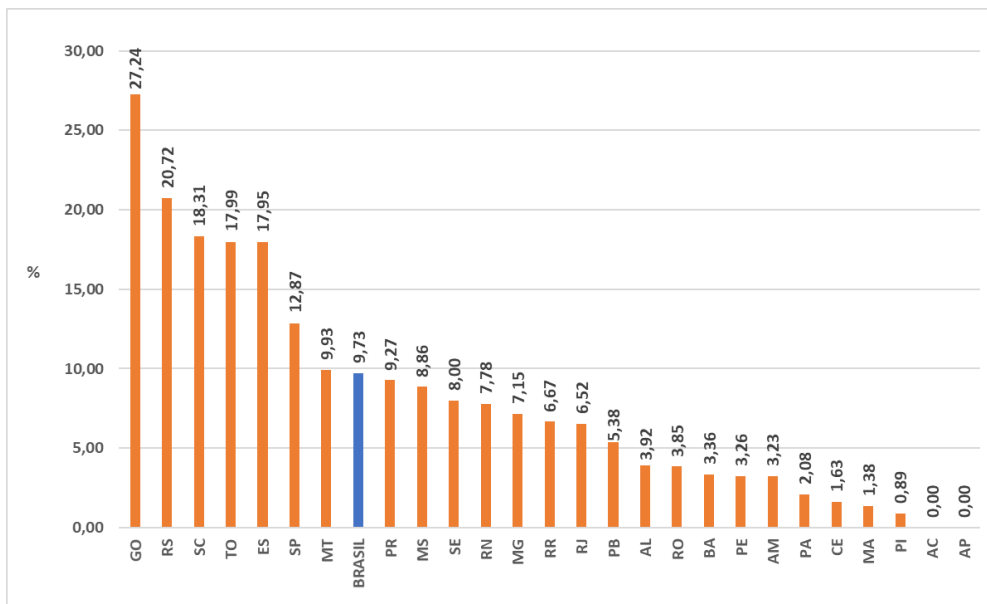
Gráfico 10 – Proporção de municípios com a PAS 2021 aprovada no DGMP, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/03/2022

Para a PAS 2022, cerca de 10% dos municípios brasileiros estavam com esse instrumento aprovado (gráfico 11).

Gráfico 11 – Proporção de municípios com a PAS 2022 aprovada no DGMP, segundo estado

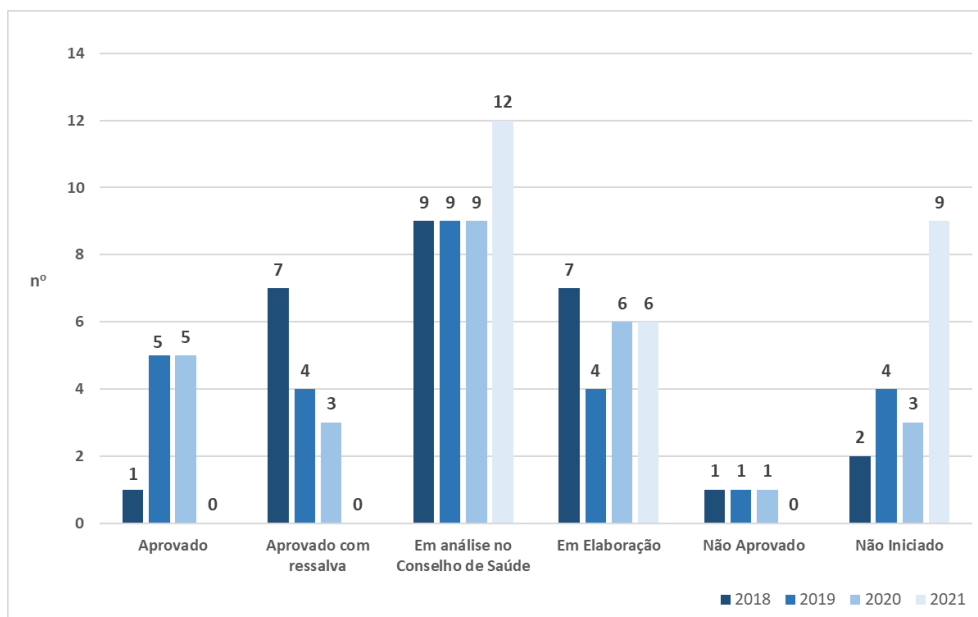


Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/03/2022

Resultados relativos ao Relatório Anual de Gestão (RAG)

Mais da metade das unidades federativas encaminharam pelo DGMP os RAGs de 2018 (18), 2019 (19) e 2020 (18) para apreciação no CS (Aprovado + Aprovado com ressalva + Não aprovado + Em análise no CS). Para 2021, observou-se que 12 unidades federativas haviam realizado o encaminhamento, conforme gráfico 12.

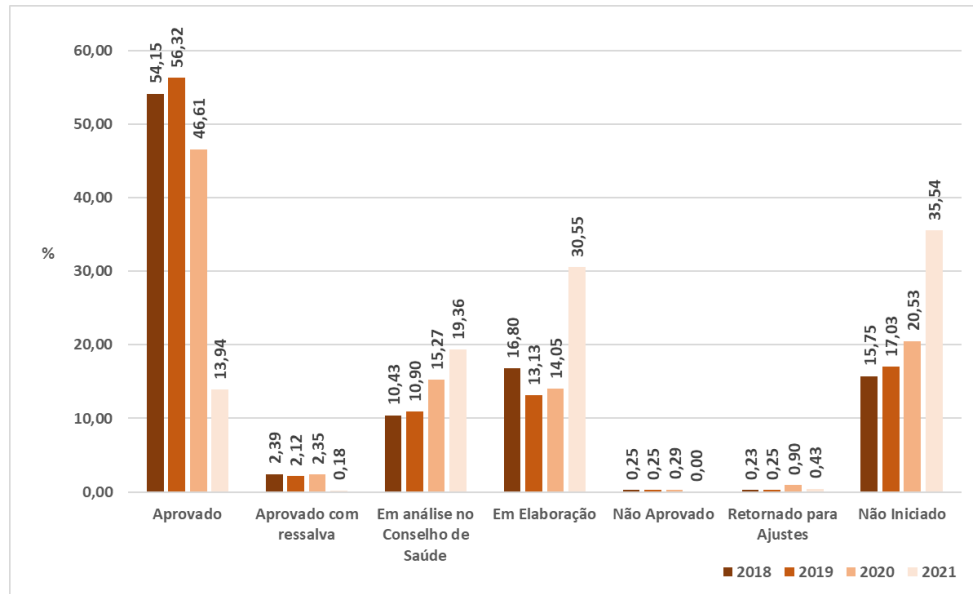
Gráfico 12 – Situação do relatório de gestão das unidades federativas, segundo status (2018 a 2020)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/03/2022

Quanto aos municípios, mais da metade encaminhou para apreciação no CS (Aprovado + Aprovado com ressalva + Não aprovado + Em análise no CS) o RAG 2018 (67,22%), RAG 2019 (69,59%) e o RAG 2020 (64,52%). Para o ano de 2021, a proporção observada foi de 33,48%, conforme gráfico 13.

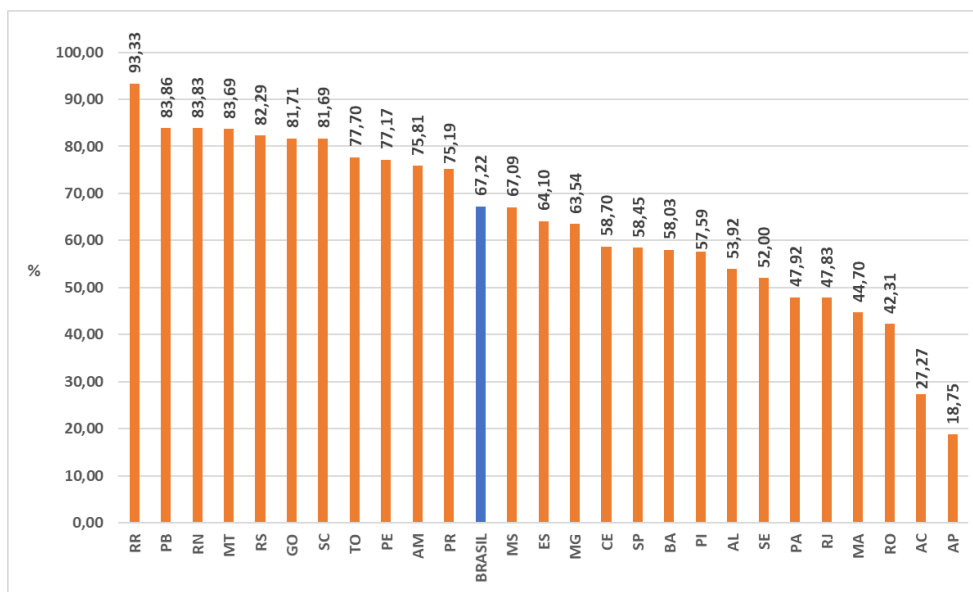
Gráfico 13 – Proporção de municípios brasileiros, segundo situação do RAG (2018 a 2020)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/03/2022

Detalhando-se a análise por cada estado, em relação aos municípios que encaminharam o RAG 2018 (gráfico 14) para apreciação no CS no DGMP (Aprovado + Aprovado com ressalva + Não aprovado + Em análise no CS), observa-se a maior proporção no estado de Roraima (93,33% dos municípios). Considerando-se todos os municípios do país, a proporção é de 67,22%.

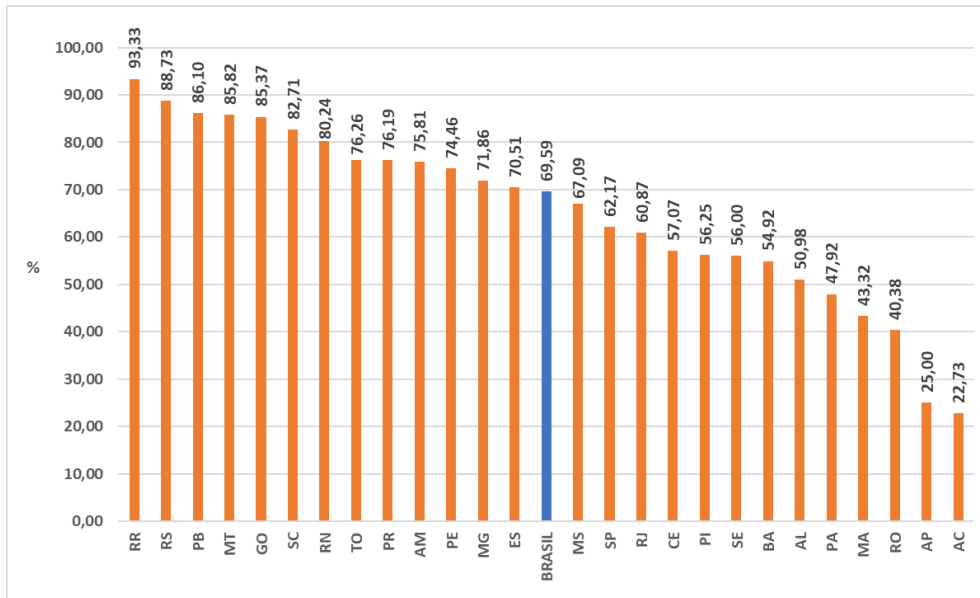
Gráfico 14 – Proporção de municípios que encaminharam o RAG 2018 para análise no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/03/2022

Para o ano 2019, a proporção de municípios brasileiros que elaboraram e encaminharam o RAG no DGMP (Aprovado + Aprovado com ressalva + Não aprovado + Em análise no CS) apresentou um pequeno incremento em relação ao ano anterior: 67,22% (2018) e 69,59% (2019). Destaque para o estado de Roraima (93,33% dos municípios). O detalhamento por estado é apresentado no gráfico 15.

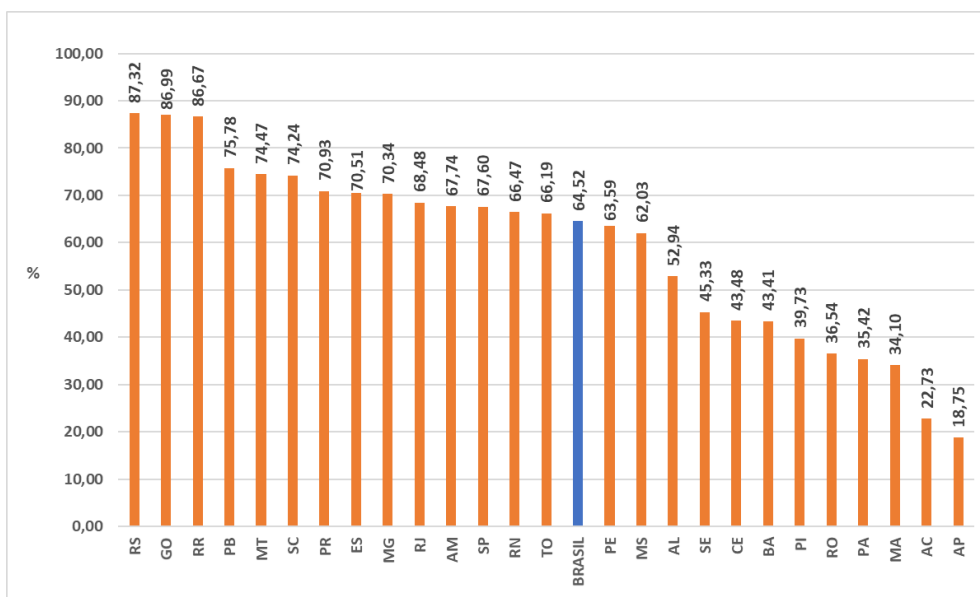
Gráfico 15 – Proporção de municípios que encaminharam o RAG 2019 para análise no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/03/2022

Em 2020, a proporção de municípios que elaborou e encaminhou o RAG para apreciação no CS no DGMP (Aprovado + Aprovado com ressalva + Não aprovado + Em análise no CS) foi de 64,52%, conforme gráfico 16. Rio Grande do Sul foi o estado que apresentou a maior proporção de municípios nessa condição (87,32%).

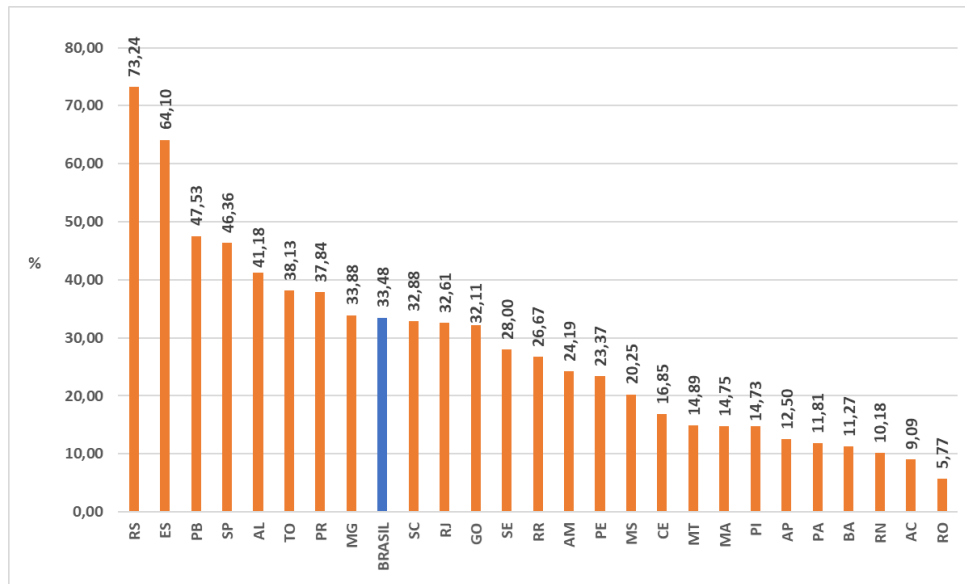
Gráfico 16 – Proporção de municípios que encaminharam o RAG 2020 para análise no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/03/2022

Em 2021, a proporção de municípios que elaborou e encaminhou o RAG para apreciação no CS no DGMP (Aprovado + Aprovado com ressalva + Não aprovado + Em análise no CS) foi de 33,48%. Rio Grande do Sul foi o estado com a maior proporção de municípios nessa condição (73,24%). O detalhamento para todas as unidades federativas está no gráfico 17.

Gráfico 17 – Proporção de municípios que encaminharam o RAG 2021 para análise no conselho de saúde, segundo estado



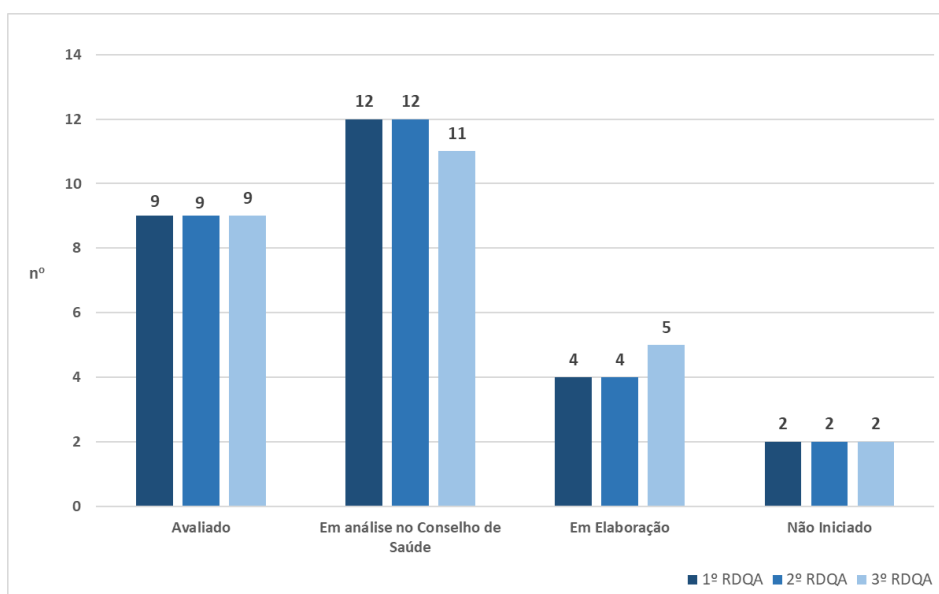
Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/03/2022

Resultados relativos ao Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA)

RDQA de 2018

Em relação às unidades federativas, a maior parte encaminhou o RDQA para avaliação no CS (Avaliado + Em análise no CS) nos três quadrimestres de 2018, conforme gráfico 18.

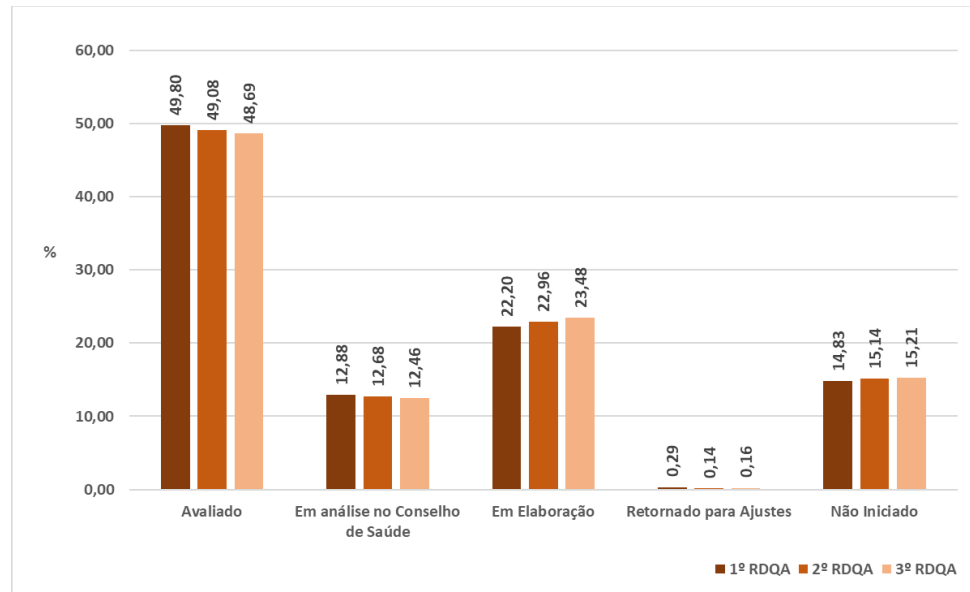
Gráfico 18 – Situação dos RDQA das unidades federativas, segundo status (2018)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/03/2022

Semelhante análise para os municípios demonstra que, na média dos três RDQA de 2018, 61,86% dos municípios encaminharam os relatórios para avaliação no CS (Avaliado + Em análise no CS). O gráfico 19 apresenta os percentuais em cada quadrimestre.

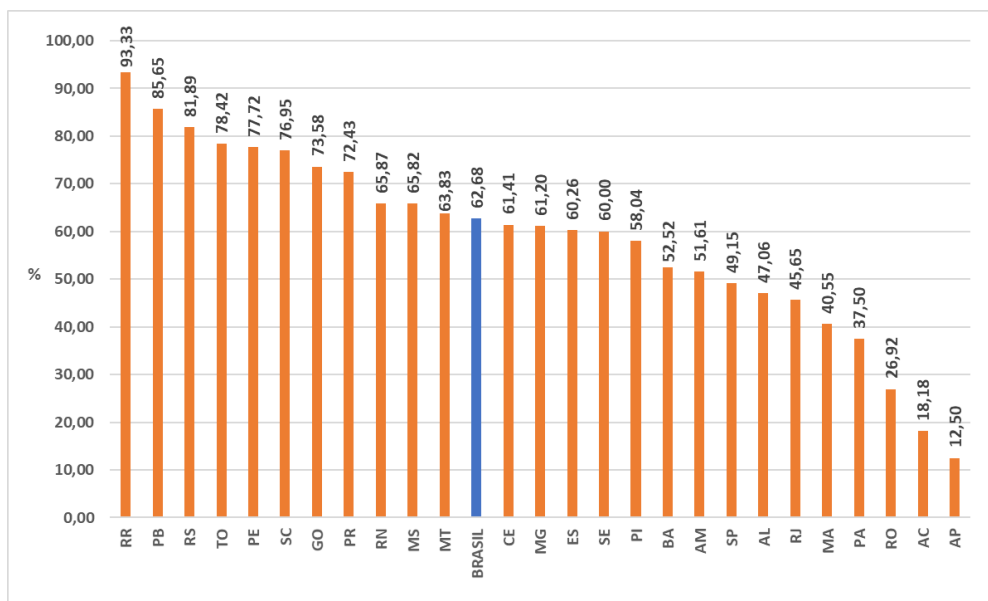
Gráfico 19 – Proporção de municípios brasileiros, segundo situação do RDQA (2018)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/03/2022

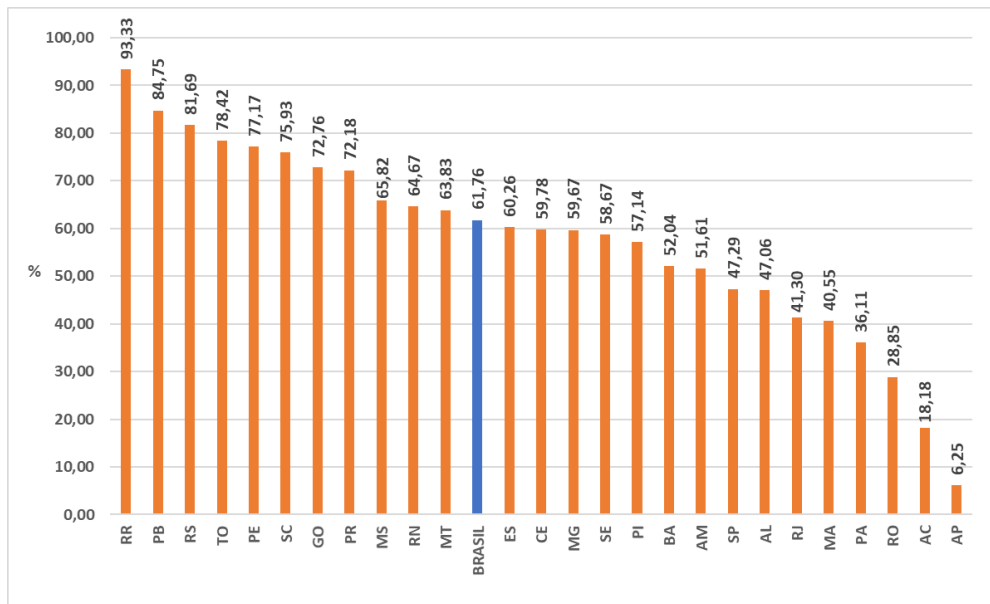
Detalhando-se as análises por cada estado, observa-se que Roraima apresentou a maior proporção de municípios que encaminharam os relatórios para avaliação no CS (Avaliado + Em análise no CS), nos três quadrimestres de 2018. Considerando esse percentual para todos os municípios brasileiros, as proporções apresentam semelhanças nos três quadrimestres: 1º RDQA (62,68%), 2º RDQA (61,76%) e 3º RDQA (61,15%). Os dados são apresentados nos gráficos 20, 21 e 22.

Gráfico 20 – Proporção de municípios que encaminharam o 1º RDQA de 2018 para análise no conselho de saúde, segundo estado



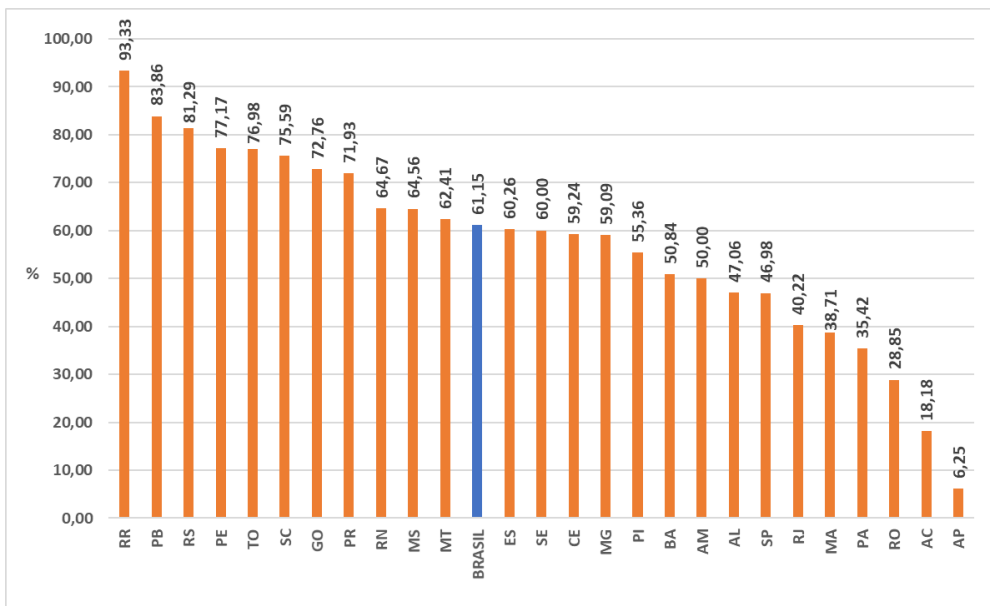
Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/03/2022

Gráfico 21 – Proporção de municípios que encaminharam o 2º RDQA de 2018 para análise no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/03/2022

Gráfico 22 – Proporção de municípios que encaminharam o 3º RDQA de 2018 para análise no conselho de saúde, segundo estado

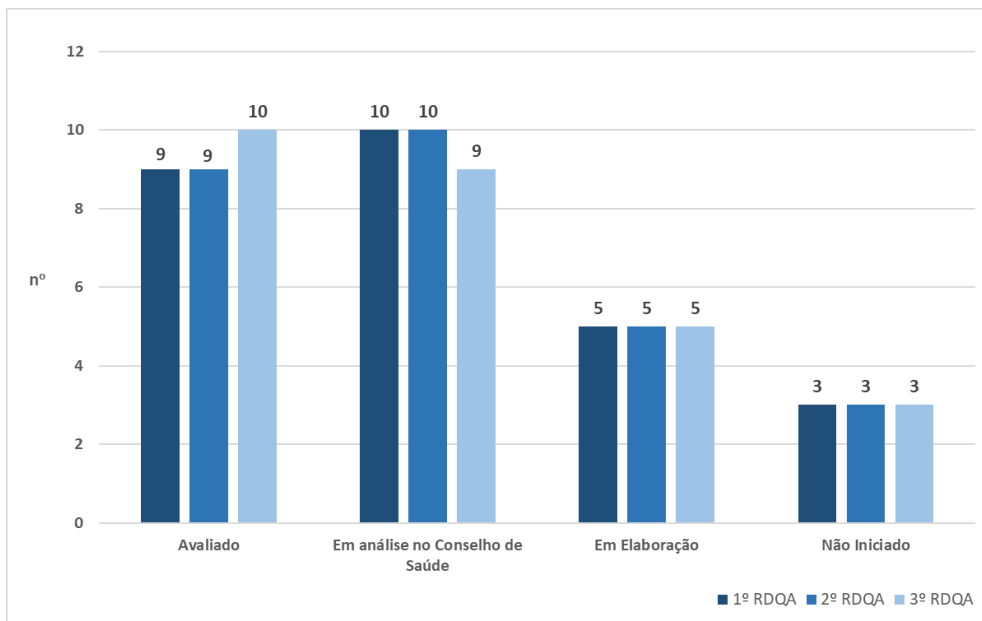


Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/03/2022

RDQA de 2019

Dezenove unidades federativas encaminharam o RDQA para avaliação no CS nos três quadrimestres de 2019. O detalhamento por cada *status* e quadrimestre está no gráfico 23.

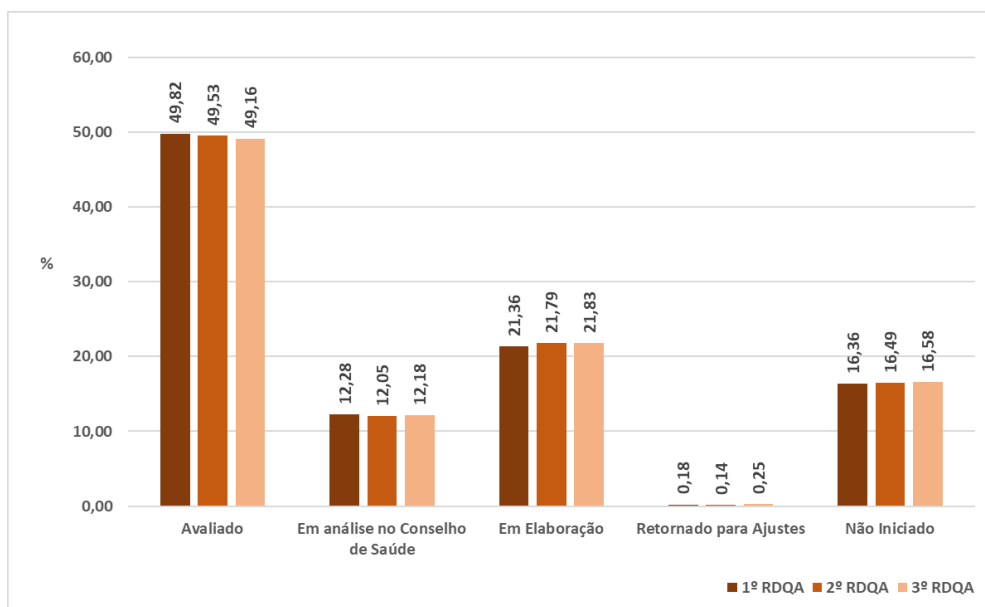
Gráfico 23 – Situação dos RDQA das unidades federativas, segundo status (2019)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/03/2022

A mesma análise realizada para os municípios aponta que a proporção dos que encaminharam os RDQAs de 2019 (Avaliado + Em análise no CS) possui média semelhante à observada em 2018. A média dos três quadrimestres de 2018 foi de 61,86%, enquanto a média para os três quadrimestres de 2019 foi de 61,67%. O gráfico 24 apresenta as proporções em cada quadrimestre.

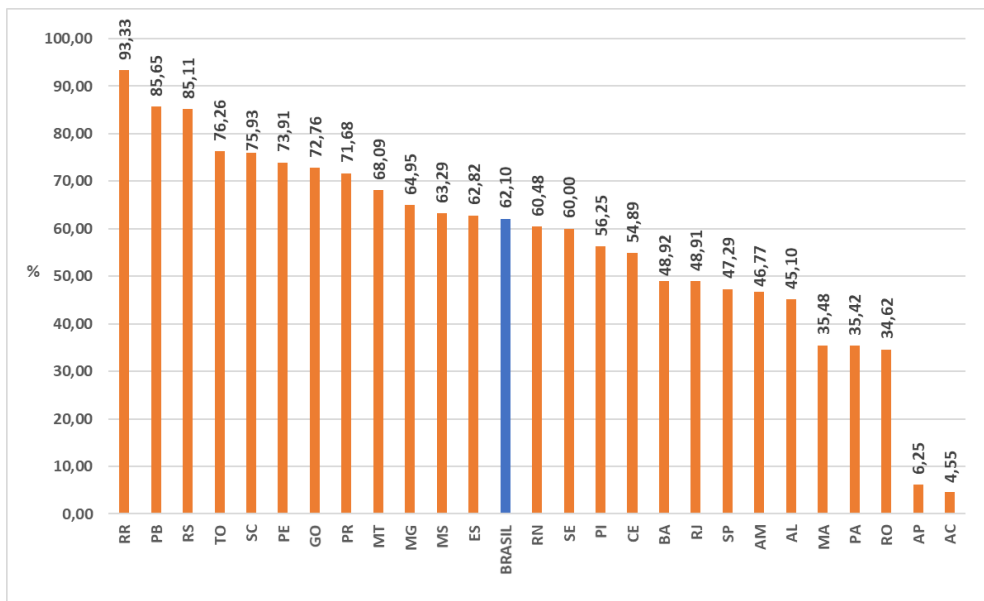
Gráfico 24 – Proporção de municípios brasileiros, segundo situação do RDQA (2019)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/03/2022

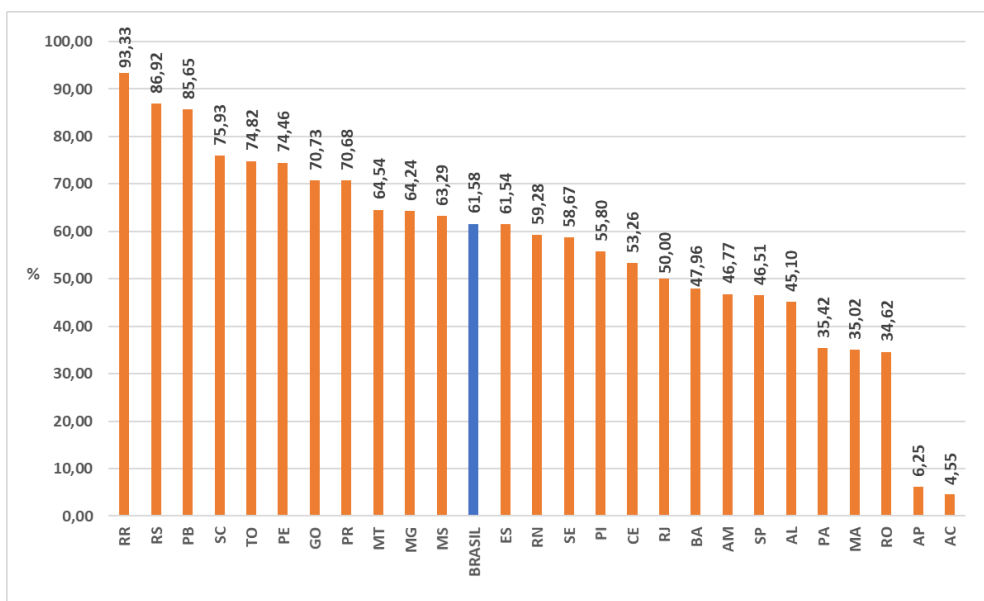
Detalhando-se as análises por cada estado, observa-se que Roraima apresentou a maior proporção de municípios que encaminharam os relatórios para avaliação no CS (Avaliado + Em análise no CS) nos três quadrimestres de 2019. Considerando esse percentual para todos os municípios brasileiros, as proporções apresentam semelhanças nos três quadrimestres: 1º RDQA (62,10%), 2º RDQA (61,58%) e 3º RDQA (61,34%). Os dados são apresentados no gráficos 25, 26 e 27.

Gráfico 25 – Proporção de municípios que encaminharam o 1º RDQA de 2019 para análise no conselho de saúde, segundo estado



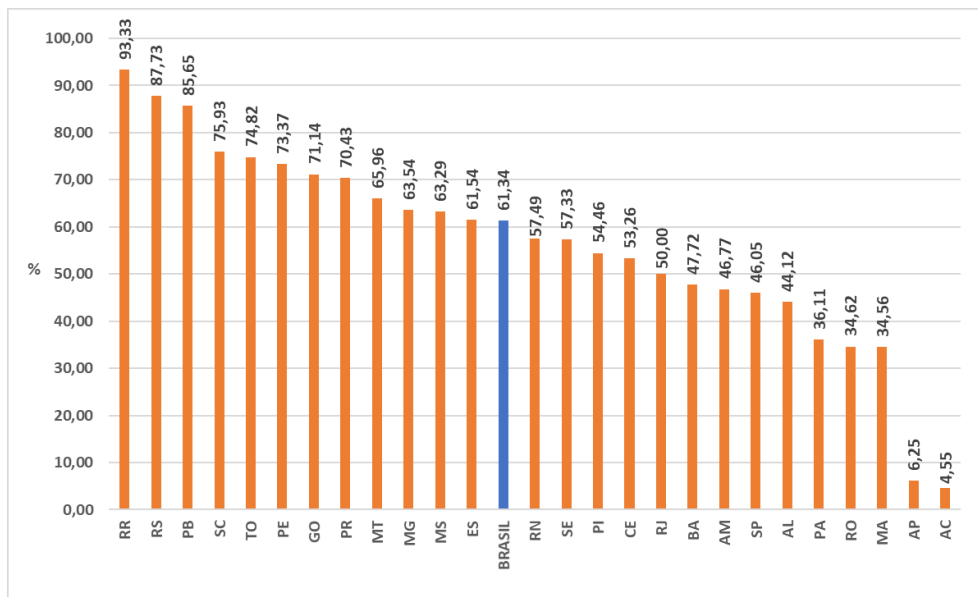
Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/03/2022

Gráfico 26 – Proporção de municípios que encaminharam o 2º RDQA de 2019 para análise no conselho de saúde, segundo estado .



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/03/2022

Gráfico 27 – Proporção de municípios que encaminharam o 3º RDQA de 2019 para análise no conselho de saúde, segundo estado

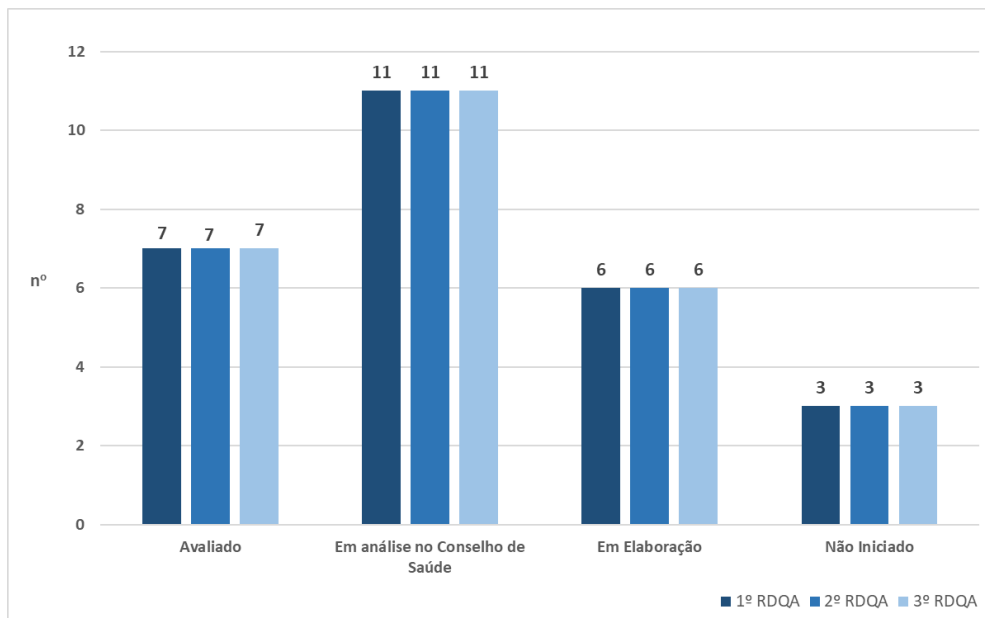


Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/03/2022

RDQA de 2020

Conforme o gráfico 28, o quantitativo de unidades federativas que encaminharam os RDQAs de 2020 para apreciação no conselho de saúde é semelhante nos três quadrimestres. Nove unidades federativas não tinham finalizado a elaboração dos RDQAs no DGMP.

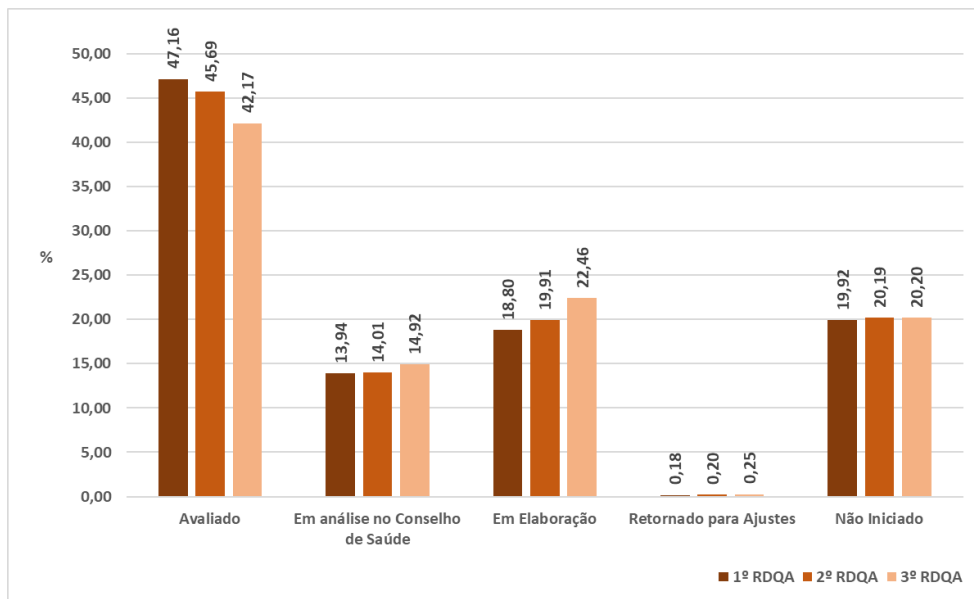
Gráfico 28 – Situação dos RDQA das unidades federativas, segundo status (2020)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/03/2022

Em relação aos municípios, verifica-se que 61,10% encaminharam o 1º RDQA de 2020 para apreciação no CS. Esse percentual cai para 59,70% e 57,09% no 2º RDQA e 3º RDQA, respectivamente (gráfico 29).

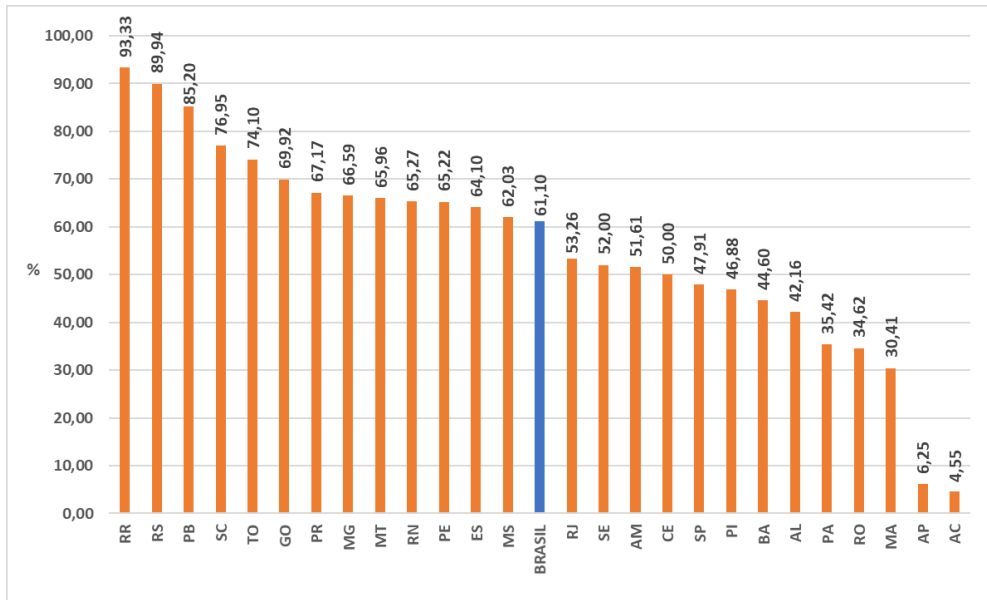
Gráfico 29 – Proporção de municípios brasileiros, segundo situação do RDQA (2020)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/03/2022

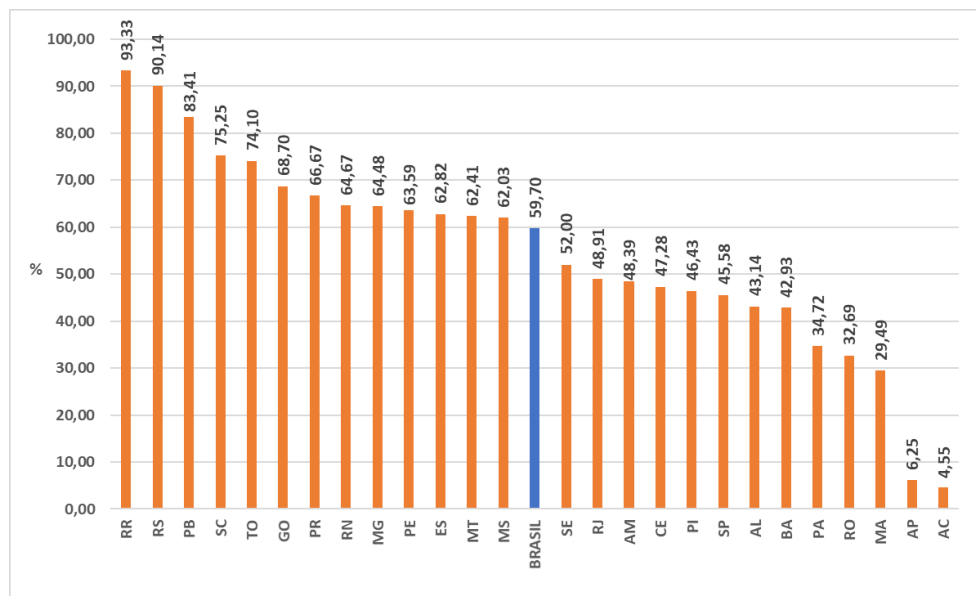
Detalhando-se as análises por cada estado, observa-se que Roraima apresentou a maior proporção de municípios que encaminharam os relatórios para avaliação no CS (Avaliado + Em análise no CS), nos três quadrimestres de 2020. Os dados são apresentados no gráficos 30, 31 e 32.

Gráfico 30 – Proporção de municípios que encaminharam o 1º RDQA de 2020 para análise no conselho de saúde, segundo estado



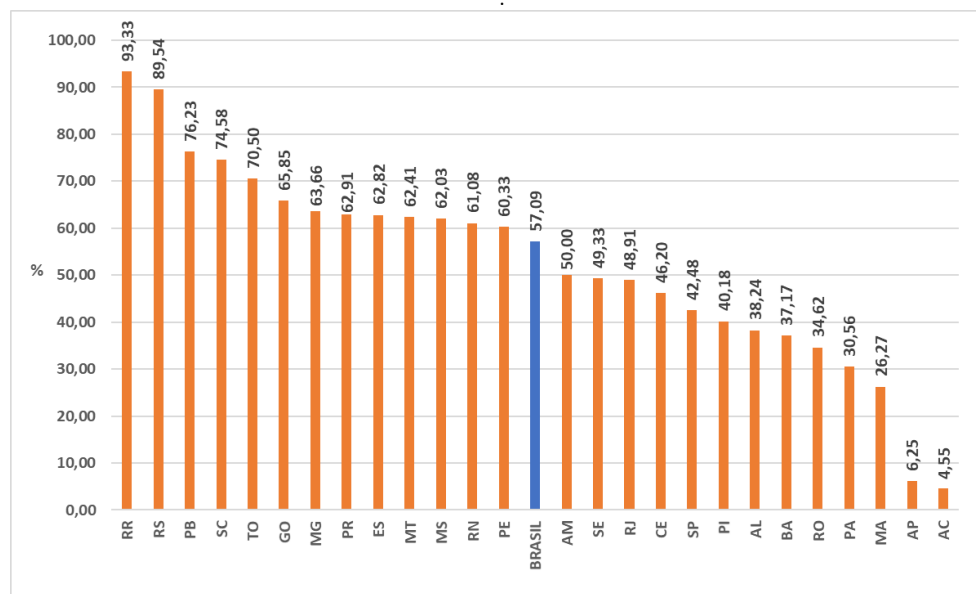
Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/03/2022

Gráfico 31 – Proporção de municípios que encaminharam o 2º RDQA de 2020 para análise no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/03/2022

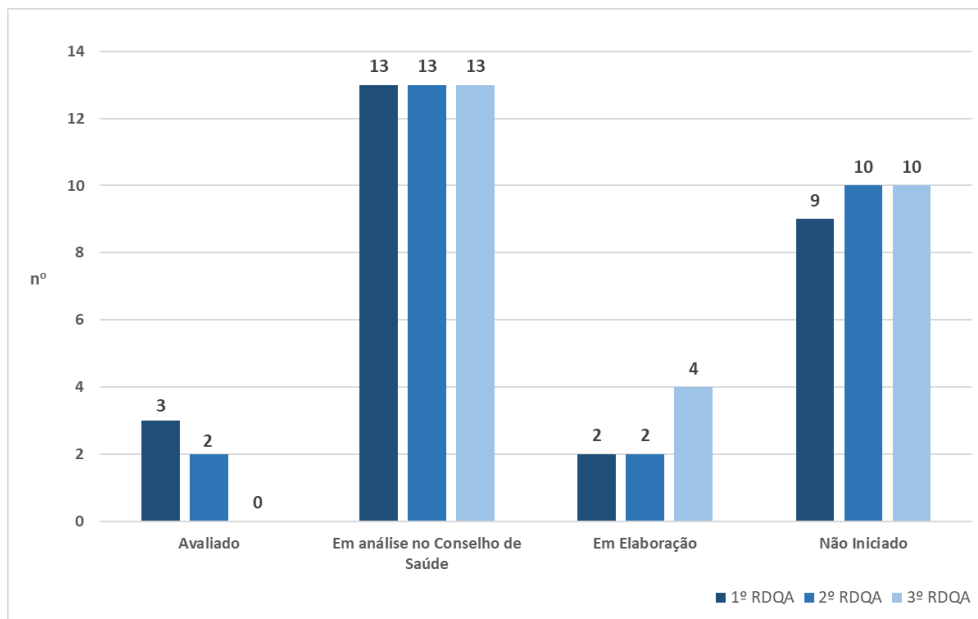
Gráfico 32 – Proporção de municípios que encaminharam o 3º RDQA de 2020 para análise no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/03/2022

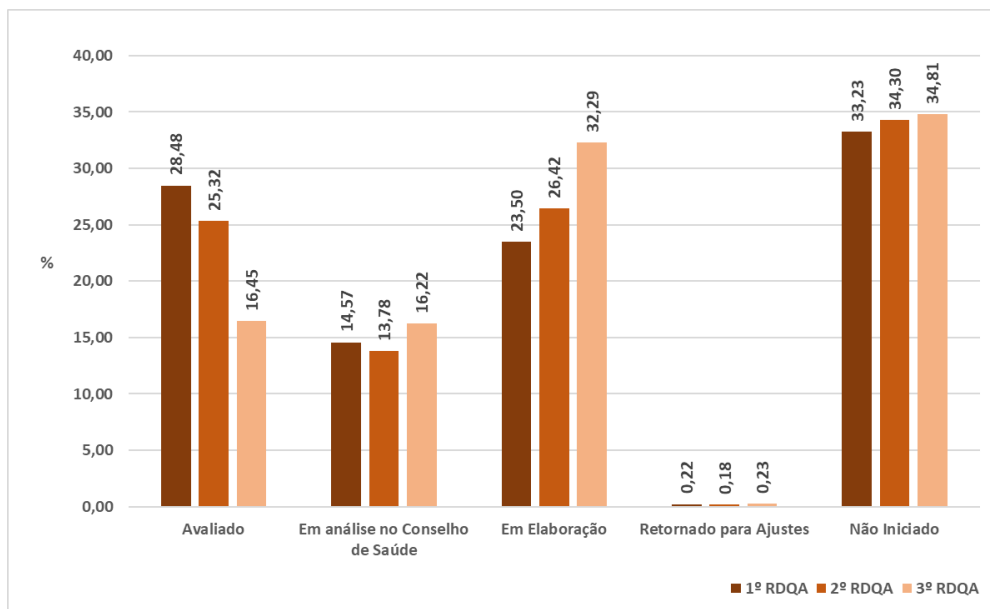
RDQA de 2021

Com relação aos três RDQA de 2021, cerca de 50% das unidades federativas não tinham finalizado o registro do 3º RDQA no DGMP (gráfico 33).

Gráfico 33 – Situação dos RDQA das unidades federativas, segundo status (2021)

Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/03/2022

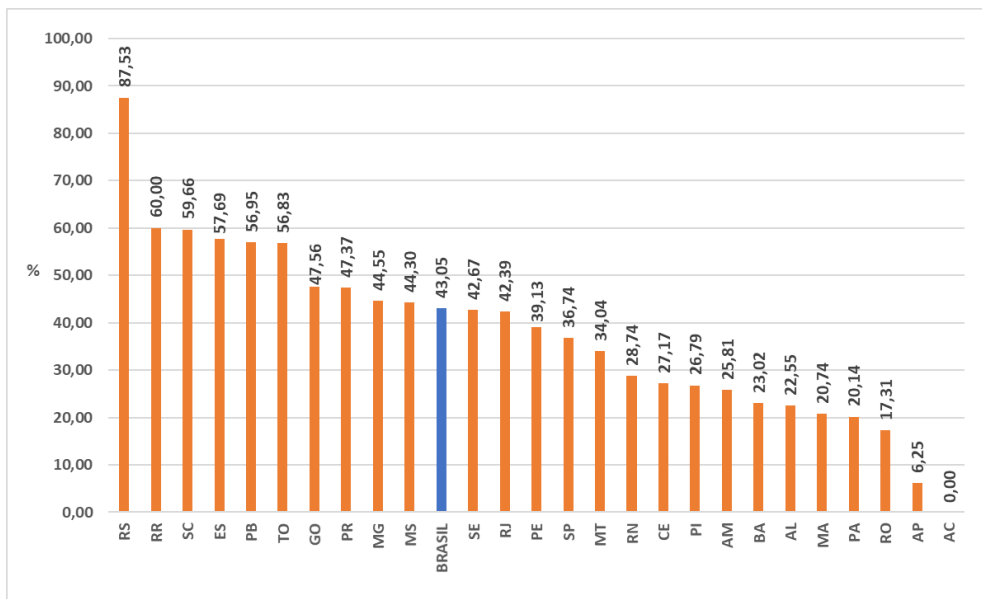
Para os municípios, observou-se que 43,05%; 39,10% e 32,67% encaminharam, respectivamente, o 1º RDQA, o 2º RDQA e o 3º RDQA de 2021 para apreciação no CS (Avaliado + Em análise no CS). Entretanto, cerca de 61% municípios não havia finalizado o registro nos três quadrimestres (gráfico 34).

Gráfico 34 – Proporção de municípios brasileiros, segundo situação do RDQA (2021)

Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/03/2022

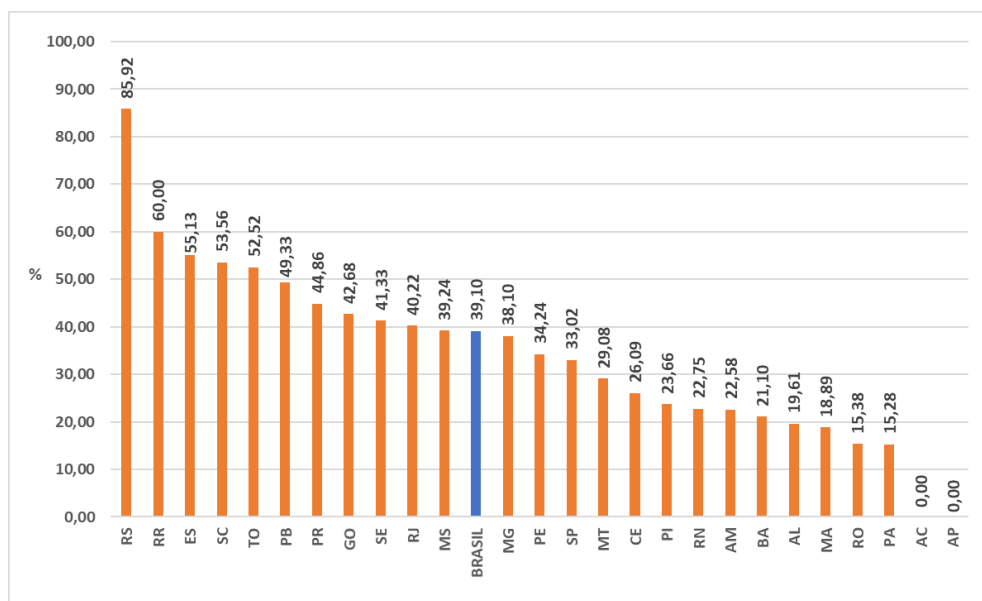
Detalhando-se as análises por cada estado, observa-se que o Rio Grande do Sul apresentou a maior proporção de municípios que encaminharam os relatórios para avaliação no CS (Avaliado + Em análise no CS), nos três quadrimestres de 2021. Os dados estão apresentados nos gráficos 35, 36 e 37.

Gráfico 35 – Proporção de municípios que encaminharam o 1º RDQA de 2021 para análise no conselho de saúde, segundo estado



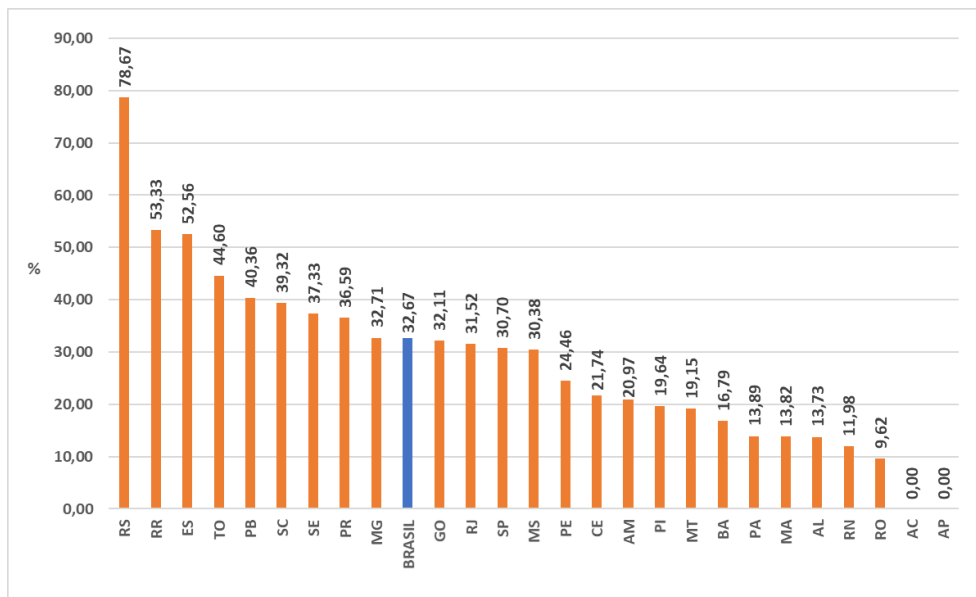
Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/03/2022

Gráfico 36 – Proporção de municípios que encaminharam o 2º RDQA de 2021 para análise no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/03/2022

Gráfico 37 – Proporção de municípios que encaminharam o 3º RDQA de 2021 para análise no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/03/2022

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde; FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Manual de planejamento no SUS**. 1. ed. rev. Brasília, DF: MS: Fiocruz, 2016. (Série Articulação Interfederativa, v. 4). Disponível em: <https://bit.ly/planejamentosus>. Acesso em: 9 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual do usuário**: módulo planejamento – DigiSUS Gestor. Brasília, DF: MS, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/manualdgm>. Acesso em: 9 jul. 2021.

Conte-nos o que pensa sobre esta publicação.

Responda à pesquisa disponível por meio do link:

<https://ncv.microsoft.com/BazoIU6zAn>



DISQUE
SAÚDE **136**

Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde
bvsm.saude.gov.br



MINISTÉRIO DA
SAÚDE

Governo
Federal